



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES**  
**DNIT**

# **BOLETIM ADMINISTRATIVO**

## **EDIÇÃO Nº 088**

**Brasília-DF, 13 de maio de 2025**



Em cumprimento a Instrução Normativa/Diretor-Geral/DNIT nº 34, de 08 de julho de 2021, publicada no Boletim Administrativo Edição nº 129 de 12 de julho de 2021.

**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro de Estado dos Transportes**

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

**Conselho de Administração**

Presidente – George André Palermo Santoro - Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes

**Diretor-Geral**

Fabício de Oliveira Galvão

**Diretor-Executivo**

Carlos Antônio Rocha de Barros

**Procurador-Geral junto ao DNIT**

Júlio Cesar Barbosa Melo

**Auditor**

Irasmon Gomes de Melo

**Corregedor**

Arthur Kelsen de Oliveira Macêdo

**Ouvidor**

Ebert Gustavo Ribeiro

**Diretor de Administração e Finanças**

Marcos de Brito Campos Júnior

**Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas**

Dyogo da Rocha Capistrano

**Diretor de Infraestrutura Aquaviária substituto**

Edme Tavares de Albuquerque Filho

**Diretor de Infraestrutura Ferroviária substituto**

Eloi Angelo Palma Filho

**Diretor de Infraestrutura Rodoviária**

Fábio Pessoa da Silva Nunes

**Diretor de Planejamento e Pesquisa**

Luiz Guilherme Rodrigues de Mello

**SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS****Superintendente Regional no Estado do Acre**

Ricardo Augusto Mello de Araújo

**Superintendente Regional no Estado da Paraíba**

Arnaldo Monteiro Costa

**Superintendente Regional no Estado de Alagoas**

André Paes Cerqueira de França

**Superintendente Regional no Estado do Paraná**

Hélio Gomes da Silva Júnior

**Superintendente Regional no Estado do Amapá**

Marcello Vieira Linhares

**Superintendente Regional no Estado do Pernambuco**

Bruno Lezan Bittencourt

**Superintendente Regional no Estado do Amazonas**

Orlando Fanaia Machado

**Superintendente Regional no Estado do Piauí**

José Ribamar Bastos

**Superintendente Regional no Estado da Bahia**

Roberto Alcântara de Souza

**Superintendente Regional no Estado do Rio de Janeiro**

Wenderson de Souza Monteiro

**Superintendente Regional no Estado do Ceará**

Francisco Williams Cabral Filho

**Superintendente Regional no Estado do Rio Grande do Norte**

Getúlio Batista da Silva Neto

**Superintendente Regional no Estado do Espírito Santo**

Romeu Scheibe Neto

**Superintendente Regional no Estado do Rio Grande do Sul**

Hiratan Pinheiro da Silva

**Superintendente Regional no Estado de Goiás e Distrito Federal**

Flávio Murilo Gonçalves Prates de Oliveira

**Superintendente Regional no Estado de Rondônia**

André Lima dos Santos

**Superintendente Regional no Estado do Maranhão**

João Marcelo Santos Souza

**Superintendente Regional no Estado de Roraima**

Igo Gomes Brasil

**Superintendente Regional no Estado do Mato Grosso**

Djalma Silvestre Fernandes

**Superintendente Regional no Estado de Santa Catarina**

Alysson Rodrigo de Andrade

**Superintendente Regional no Estado do Mato Grosso do Sul**

Euro Nunes Varanis Junior

**Superintendente Regional no Estado de São Paulo**

Miguel Calderaro Giacomini

**Superintendente Regional no Estado de Minas Gerais**

Antônio Gabriel Oliveira dos Santos

**Superintendente Regional no Estado de Sergipe**

Halpher Luiggi Monico Rosa

**Superintendente Regional no Estado do Pará**

Diego Benitah Batista

**Superintendente Regional no Estado do Tocantins**

Luiz Antonio Ehret Garcia

**SUMÁRIO**

<b>DIREÇÃO SUPERIOR .....</b>	<b>5</b>
<b>DIRETORIA COLEGIADA .....</b>	<b>5</b>
<b>DIRETORIAS SETORIAIS .....</b>	<b>16</b>
<b>DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS .....</b>	<b>16</b>
<b>COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS .....</b>	<b>24</b>
<b>DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA .....</b>	<b>24</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS .....</b>	<b>28</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO .....</b>	<b>28</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS .....</b>	<b>28</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ .....</b>	<b>28</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>30</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RORAIMA .....</b>	<b>34</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA .....</b>	<b>36</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SERGIPE .....</b>	<b>36</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO TOCANTINS .....</b>	<b>37</b>

**DIREÇÃO SUPERIOR****DIRETORIA COLEGIADA****INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/DNIT SEDE, DE 9 DE MAIO DE 2025**

Dispõe sobre a atividade de demolição de bens imóveis ferroviários inservíveis ou que impactam na operação ferroviária pertencentes ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

**A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT**, representada pelo Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 12 e 173 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução/CONSAD n.º 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, o Relato nº 17/DIF/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 17ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 6/5/2025, e tendo em vista o constante do Processo nº 50600.041474/2024-04, resolve:

Art. 1º **DISCIPLINAR**, na forma desta Instrução Normativa, as orientações, os procedimentos e a documentação necessária para autorizar e executar a demolição dos imóveis ferroviários inservíveis ou que impactam na operação ferroviária que se encontram sob responsabilidade do DNIT, incluindo aqueles cedidos a terceiros, nos termos do incisos XII e XVII do artigo 82 da Lei nº 10.233 de 5/6/2002.

**DAS DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para efeitos desta Instrução Normativa, aplicam-se as seguintes definições:

- I. Imóveis ferroviários: bens imóveis afetados ao modo de transporte ferroviário;
- II. Contratante: Pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que promove a execução do serviço de demolição por meio de um contratado legalmente habilitado;
- III. Contratado: Pessoa física ou jurídica de direito privado, habilitada legalmente para executar serviços de demolição, conforme as diretrizes do contratante e as legislações vigentes;
- IV. Demolição: Operação destinada a demolir ou desmontar parcial ou totalmente edificações, instalações e equipamentos fixos, usando métodos apropriados;
- V. Requerente: Concessionária e/ou terceiro que solicita perante o DNIT autorização para demolição de imóveis.

**DA SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE DEMOLIÇÃO**

Art. 3º A Solicitação de demolição deverá ser encaminhada pelo requerente à Diretoria de Infraestrutura Ferroviária ou Superintendências Regionais do DNIT nos estados, contendo:

- I. Localização do Imóvel contendo as Coordenadas Geográficas;
- II. Identificação do Imóvel (NBP);
- III. Justificativa para demolição;
- IV. Relatório Fotográfico e Ficha de Inspeção do Imóvel, conforme modelos do DNIT;
- V. Relatório Técnico de Avaliação estrutural detalhando as condições em que o imóvel se encontra, conforme normas técnicas vigentes.

Art. 4º A Demolição deverá ser precedida de:

- I. Identificação/fundamentação/histórico e certificação da propriedade do imóvel;
- II. Vistoria *in loco* do imóvel com elaboração de Relatório Fotográfico e Ficha de Inspeção do Imóvel, conforme modelos disponíveis no portal do DNIT;
  - a) Identificar e mensurar a existência de bem móvel que justifique a destinação ou reaproveitamento;
- III. Relatório Técnico de Avaliação estrutural detalhando as condições em que o imóvel se encontra;
- IV. Consulta ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para verificar se o imóvel é valorado ou tombado;
- V. Consulta à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), em caso de imóvel “não operacional” que se encontra edificado em terreno “operacional”;
- VI. Consulta à Prefeitura Municipal a respeito do interesse na utilização do imóvel, quando não houver interesse público na demolição;
- VII. Consulta à ANTT sobre a viabilidade da demolição e sobre a existência de passivo ambiental, em caso de edificação operacional;
- VIII. Consulta aos órgãos de Licenciamento Federal, Estadual e Municipal quanto à existência de passivo ambiental relacionado ao imóvel classificado como Não Operacional de origem, a ser demolido;
- IX. Consulta a Concessionária sobre o possível impacto na operação ferroviária, em caso de edificação operacional;
- X. Nota Técnica motivando a necessidade da demolição;
- XI. Autorização para Demolição do imóvel aprovada pela Diretoria Colegiada do DNIT;
- XII. Publicação da Autorização de Demolição.

§ 1º Fica dispensada a consulta a que se refere ao inciso VI nos casos em que houver interesse público superveniente.

§ 2º A consulta a que se refere o inciso VI, será considerado o prazo de 30 dias para resposta, decorrido o prazo, considerar-se-á que houve desinteresse tácito.

§ 3º São de competência do requerente a apresentação dos documentos constantes nos incisos II e III.

§ 4º Os demais incisos são de competência do DNIT.

#### **DAS OBRIGAÇÕES**

Art. 5º A executante da demolição terá por obrigação:

- I. Garantir a segurança dos trabalhadores e terceiros;
- II. Responder por danos materiais ou pessoais que possam ocorrer durante a execução dos trabalhos, inclusive em imóveis vizinhos;
- III. Cumprir as obrigações ambientais referentes ao transporte e descarte de resíduos;
- IV. Responsabilizar-se pela remoção e limpeza de resíduos e entulhos resultantes da demolição deixados em vias públicas ou imóveis particulares;
- V. Comunicar a Prefeitura, autoridades, órgãos de defesa civil, concessionárias de serviço público local a respeito da data e horário da demolição, quando as normas ou a localização do imóvel exigirem a atuação dessas autoridades;
- VI. Apresentar ao DNIT ao término dos serviços o Relatório Circunstanciado de Demolição, contendo:
  - a) Descrição dos procedimentos adotados e etapas de demolição;
  - b) Relatório Fotográfico de todas as etapas do processo;
  - c) Data de início e término dos serviços;
  - d) Comprovação do descarte adequado dos resíduos sólidos, conforme legislação vigente.

#### **MEDIDAS DE SEGURANÇA**

Art. 6º A execução das demolições deverá observar as normas técnicas de segurança e saúde no trabalho, bem como observar as diretrizes, critérios, procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e demais Normas Técnicas e Legislações pertinentes de Engenharia e Segurança.

Art. 7º Atender aos requisitos de segurança estipulados pela ANTT e Concessionária que opera a ferrovia ou Autorregulador Ferroviário.

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 8º As demolições deverão ser realizadas visando a segurança, a preservação ambiental e o reaproveitamento de materiais, conforme as normas técnicas aplicáveis.



Art. 9º Os Relatórios Técnicos tratados no âmbito desta Instrução Normativa deverão ser elaborados conforme modelos adotados pelo DNIT, constante no Anexo I.

Art. 10. O DNIT poderá, mediante solicitação, autorizar a concessionária ou terceiro a executar diretamente a demolição dos imóveis, previamente aprovada nos termos deste normativo.

Art. 11. Após a entrega do Relatório Circunstanciado de Demolição, o DNIT atualizará as informações no sistema de controle patrimonial.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se a todas as demolições de imóveis ferroviários inservíveis ou que impactam na operação ferroviária sob responsabilidade do DNIT.

FABRICIO DE OLIVEIRA GALVÃO  
Diretor-Geral

#### **ANEXO I**

**Relatório Técnico de Atividades (21068859).**



**RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE A ATIVIDADE DE DEMOLIÇÃO DE  
IMÓVEIS FERROVIÁRIOS DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA  
Instrução Normativa Nº 5/DNIT SEDE, de 9 DE maio DE 2025**

**<<mês>>- <<ano>>**

## Sumário

---

1. Apresentação .....	3
2. Identificação de demanda .....	3
3. Da Solicitação e Autorização de Demolição .....	3
4. Requisitos para demolição .....	4
5. Disposições Finais .....	5
6. Assinatura .....	5
ANEXOS .....	6
ANEXO I - Relatório Fotográfico e Ficha de Inspeção do Imóvel.....	7

## 1. Apresentação

O relatório dispõe sobre a atividade de demolição de imóveis ferroviários inservíveis e/ou que impactam na operação ferroviária, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, conforme previstos nos Artigos nº 3 e 4 da Instrução Normativa Nº 5/DNIT SEDE, de 9 DE maio DE 2025.

## 2. Identificação de demanda

Realizar a identificação do(s) imóvel (eis) ferroviário (s) inservível (eis) e/ou que impactam na operação ferroviária que se encontram sob responsabilidade do DNIT, incluindo aqueles cedidos a terceiros, nos termos dos incisos XII e XVII do artigo 82 da Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2002.

Exemplo: Descrição imóvel, NBP xxx, localizado no município xxx, km xx, trecho xxx, endereço xxx e malha xxx.

## 3. Da Solicitação e Autorização de Demolição

A Solicitação de demolição deverá ser encaminhada pelo Requerente à Diretoria de Infraestrutura Ferroviária ou Superintendência Regional do DNIT no estado, contendo:

- I. Localização do Imóvel contendo as Coordenadas Geográficas;
- II. Identificação do Imóvel (NBP);
- III. Justificativa para demolição;
- IV. Relatório Fotográfico e Ficha de Inspeção do Imóvel, conforme modelos do DNIT (Anexo I);
- V. Relatório Técnico de Avaliação estrutural detalhando as condições que o imóvel se encontra, conforme normas técnicas vigente;

#### 4. Requisitos para demolição

- I. Identificação/fundamentação/histórico e certificação da propriedade do imóvel;
- II. Vistoria in loco do imóvel com elaboração de:
  - a) Relatório Fotográfico, conforme modelos disponíveis no portal do DNIT;
  - b) Ficha de Inspeção do Imóvel, conforme modelos disponíveis no portal do DNIT;
  - c) Identificar e mensurar a existência de bem móvel no interior e/ou entorno que justifique a destinação ou reaproveitamento;
- III. Relatório Técnico de Avaliação estrutural detalhando as condições em que o imóvel se encontra;
- IV. Consulta ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e aos órgãos estaduais e municipais de tombamento para verificar se o imóvel é valorado ou tombado;
- V. Consulta à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), em caso de imóvel “não operacional” que se encontra edificado em terreno “operacional”;
- VI. Consulta à Prefeitura Municipal a respeito do interesse na utilização do imóvel, quando não houver interesse público na demolição;
- VII. Consulta à ANTT sobre a viabilidade da demolição e sobre a existência de passivo ambiental, em caso de edificação operacional;
- VIII. Consulta aos órgãos de Licenciamento Federal, Estadual e Municipal quanto à existência de passivo ambiental relacionado ao imóvel classificado como Não Operacional de origem, a ser demolido;
- IX. Consulta a Concessionária sobre o possível impacto na operação ferroviária, em caso de edificação operacional;
- X. Nota Técnica motivando a necessidade da demolição;

## 5. Disposições Finais

A requerente deverá apresentar a conclusão do Relatório Técnico contendo as principais ações a serem executadas e encaminhamentos propostos, visando garantir a segurança, a preservação ambiental e o reaproveitamento de materiais, conforme as normas técnicas aplicáveis.

## 6. Assinatura

Brasília, xx de xxxxx de xxx

---

Nome do responsável pela elaboração do Relatório Técnico de Atividades.

**ANEXOS**

## **ANEXO I – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO E FICHA DE INSPEÇÃO DO IMÓVEL**

- **DOS MODELOS DE RELATÓRIOS FOTOGRÁFICOS**

II - A. FORM - CGPF - 004 - Relatório Fotográfico de Bem Imóvel;

<https://www.gov.br/dnit/pt-br/central-de-conteudos/atos-normativos/tipo/instrucao-normativa/2025/instrucao-normativa-no-1-2025>

- **DOS MODELOS DE FICHAS DE INSPEÇÃO**

III - F. FORM - CGPF - 037 - Ficha de Inspeção - Edificações;

<https://www.gov.br/dnit/pt-br/central-de-conteudos/atos-normativos/tipo/instrucao-normativa/2025/instrucao-normativa-no-1-2025>



**DIRETORIAS SETORIAIS****DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****PORTARIA Nº 2840, DE 08 DE MAIO DE 2025**

Dispõe sobre designação de fiscais para o Contrato nº 176/2022, que tem por objeto o fornecimento de suíte de solução de segurança, contendo, no mínimo, a solução antispam, com a devida transferência de conhecimento visando a operação da ferramenta, incluindo licenciamento, serviços de instalação, implantação, suporte técnico/garantia e atualização, que celebram entre si o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e a **HSC DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XVIII do Artigo 175 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 39, de 17/11/2020, publicada no D.O.U. de 19/11/2020, em consonância com o disposto no Manual de Diretrizes para Gestão Fiscalização e Acompanhamento de Contratos Administrativo, tendo em vista o constante no Processo nº. 50600.004576/2020-15, resolve:

Art. 1º **DESIGNAR** os seguintes membros para comporem a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 176/2022, firmado com a **Empresa HSC DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, cujo objeto é o "*Fornecimento de suíte de solução de segurança, contendo, no mínimo, a solução antispam, com a devida transferência de conhecimento visando a operação da ferramenta, incluindo licenciamento, serviços de instalação, implantação, suporte técnico/garantia e atualização*":

DNIT SEDE	
Gestor	Titular: <b>ANDRÉ LUÍS ALBERNAZ MARTINEZ</b> , Analista Administrativo, matrícula SIAPE nº 1572356.
	Substituto: <b>FAUSTO EMÍLIO DE MEDEIROS FILHO</b> , Analista em Infraestrutura de Transportes, matrícula SIAPE nº 1547463
Fiscal Requisitante	Titular: <b>PHILIPPE PESSOA NUNES MARTINS</b> , Técnico Administrativo, matrícula SIAPE nº 2064582.
	Substituto: <b>FLÁVIO FERREIRA LIMA</b> , Engenheiro, matrícula SIAPE nº 1556534.
Fiscal Técnico	Titular: <b>ITAMAR DE MEIRELES FERREIRA</b> , Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes, matrícula SIAPE nº 2063933
	Substituto: <b>VALMIR MARQUES MONTEIRO JUNIOR</b> , Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes, matrícula SIAPE nº 2061456
Fiscal Administrativo	Titular: <b>GLEILSON MENDES NUNES</b> , Analista em Infraestrutura de Transportes, matrícula SIAPE nº 1546837.
	Substituto: <b>SAMARA SANDY LUCENA DE ANDRADE LUCIANO</b> , Técnico Administrativo, matrícula SIAPE nº 2167863.

Art. 2º Diante das instruções da DIREX, contidas no Ofício-Circular nº 763/2021/DIREX/DNIT SEDE (SEI nº 7571948) e, ainda, das atribuições compreendidas na Resolução nº 20 do DNIT, de 30 de dezembro de 2020, que entrou em vigor no dia 1º de fevereiro de 2021 e do teor da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, alterada pela Instrução Normativa SGD/ME nº 31, de 23 de março de 2021, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização possui as seguintes prerrogativas:

"(...)

**Atribuições**

**- Gestor do Contrato:**

- a) encaminhamento formal de demandas à contratada;
- b) manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica;
- c) encaminhamento das demandas de correção à contratada, sendo permitida a delegação aos fiscais do contrato;
- d) encaminhamento de indicação de glosas e sanções para a Área Administrativa;
- e) autorização para faturamento, com base nas informações produzidas no Termo de Recebimento Definitivo, a ser encaminhada ao preposto da contratada; e
- f) encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual;

**- Fiscal Técnico do Contrato:**

- a) confecção e assinatura do Termo de Recebimento Provisório quando da entrega do objeto constante na Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens;
- b) avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Requisitante do Contrato;
- c) identificação de não conformidade com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Requisitante do Contrato;
- d) verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, em conjunto com o Fiscal Administrativo do Contrato;
- e) encaminhamento das demandas de correção à contratada, caso disponha de delegação de competência do Gestor do Contrato;
- f) confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, na avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e na conformidade e aderência aos termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Requisitante do Contrato;
- g) apoio ao Fiscal Requisitante do Contrato na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;

h) verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do contrato, em conjunto com o Fiscal Requisitante do Contrato; e

i) apoio ao Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato;

- Fiscal Requisitante do Contrato:

a) avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;

b) identificação de não conformidade com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;

c) encaminhamento das demandas de correção à contratada, caso disponha de delegação de competência do Gestor do Contrato;

d) confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, na avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e na conformidade e aderência aos termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;

e) verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, com apoio do Fiscal Técnico do Contrato;

f) verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato; e

g) apoio ao Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato;

- Fiscal Administrativo:

a) Participar da reunião inicial, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação da contratada;

b) Monitorar a manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do Contrato;

c) Verificar a manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica;

d) Verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;

e) Identificar e registrar eventual não conformidade com os termos contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis;

f) Apoiar a atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com os demais membros da equipe de fiscalização;

g) Apoiar o Gestor do Contrato, na manutenção do histórico de gestão do contrato, informando sobre a necessidade de registros formais das ocorrências positivas e negativas da execução do contrato sob sua fiscalização.

h) Apoiar o fiscal requisitante quando necessário na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação

i) Encaminhar à Área Gestora, com antecedência, a respectiva documentação para o aditamento, para fins de renovação contratual, com base no histórico de gestão do contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;

j) Exercer as demais atribuições de fiscal administrativo conforme o discriminado no item 5 do Manual e que não sejam conflitantes com o disposto neste capítulo."

Art. 3º De acordo com a recomendação contida no Acórdão nº.2065/2013-TCU-Plenário, em seu item 9.6, os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva na fiscalização deste Contrato.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 556, de 1º de fevereiro de 2024, publicada no Boletim Administrativo nº 024, de 2 de fevereiro de 2024.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR  
Diretor de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 2844, DE 08 DE MAIO DE 2025**

**A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS SUBSTITUTA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XVIII do Artigo 175 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 39, de 17/11/2020, publicada no D.O.U. de 19/11/2020, em consonância com o disposto no Manual de Diretrizes para Gestão Fiscalização e Acompanhamento de Contratos Administrativo, tendo em vista o constante do processo 50600.050036/2022-67 e, Considerando o disposto na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, regida pela Lei nº 14.133, de 2021, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal, resolve:

Art. 1º **DESIGNAR** os seguintes membros para comporem a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 712/2023, firmado com a empresa **GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISA LTDA.**, segundo processo nº 50600.042054/2023-56, cujo objeto é a "contratação de Empresa Especializada em Serviços Técnicos Especializados de Pesquisa e Aconselhamento Imparcial em Tecnologia da Informação, composta pelos seguintes serviços: I. Licença de Atuação Estratégica - Leader; II. Licença de Atuação Estratégica - IT Executive; III. Licenças de Atuação Gerencial - Advisor; IV. Licença de Arquitetura Tecnológica".

DNIT SEDE	
Gestor	Titular: <b>ANDRÉ LUÍS ALBERNAZ MARTINEZ</b> , Analista Administrativo, matrícula SIAPE nº 1572356.
	Substituto: <b>FAUSTO EMÍLIO DE MEDEIROS FILHO</b> , Analista em Infraestrutura de Transportes, matrícula SIAPE nº 1547463.
Fiscal Requisitante	Titular: <b>VALMIR MARQUES MONTEIRO JUNIOR</b> , Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes, matrícula SIAPE nº 2061456.
	Substituto:

Fiscal Técnico	Titular: <b>PHILIPPE PESSOA NUNES MARTINS</b> , Técnico Administrativo, matrícula SIAPE n.º 2064582.
	Substituto: <b>FLÁVIO FERREIRA LIMA</b> , Engenheiro, matrícula SIAPE n.º 1556534.
Fiscal Administrativo	Titular: <b>SAMARA SANDY LUCENA DE ANDRADE LUCIANO</b> , Técnico Administrativo, matrícula SIAPE n.º 21678637.
	Substituto: <b>GLEILSON MENDES NUNES</b> , Analista em Infraestrutura de Transportes, matrícula SIAPE n.º 1546837.

Art. 2º De acordo com a recomendação contida no Acórdão n.º. 2065/2013-TCU-Plenário, em seu item 9.6, os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva na fiscalização deste Contrato.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n.º 2470 de 16 de maio de 2024, publicada no Boletim Administrativo nº 096 de 20 de maio de 2024.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDA GIMENEZ MACHADO FAÉ  
Diretora de Administração e Finanças substituta

#### **PORTARIA Nº 2874, DE 09 DE MAIO DE 2025**

Dispõe sobre designação de fiscais para o Contrato nº 645/2021, que tem por objeto a prestação dos serviços de computação em nuvem, na modalidade de infraestrutura como serviço (*iaas - infrastructure as a service*), para hospedagem de sistemas e serviços essenciais, abrangendo suporte, monitoramento, gerenciamento, treinamento e serviços técnicos, celebrado com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - **DATAPREV**.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XVIII do Artigo 175 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 39, de 17 de novembro de 2020, publicada no D.O.U. de 19/11/2020, e em consonância com o disposto no Manual de Diretrizes para Gestão Fiscalização e Acompanhamento de Contratos Administrativo e, resolve:

Art. 1º **DESIGNAR** os seguintes membros para comporem a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato n.º 645/2021, firmado com a **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV**, segundo Processo n.º 50600.033935/2021-14 cujo objeto é a "*prestação dos serviços de computação em nuvem, na modalidade de infraestrutura como serviço (iaas - infrastructure as a service), para hospedagem de sistemas e serviços essenciais, abrangendo suporte, monitoramento, gerenciamento, treinamento e serviços técnicos*".

DNIT SEDE	
Gestor	Titular: <b>ANDRÉ LUÍS ALBERNAZ MARTINEZ</b> , Analista Administrativo, matrícula SIAPE n.º 1572356.
	Titular: <b>FAUSTO EMÍLIO DE MEDEIROS FILHO</b> , Analista em Infraestrutura de Transportes, matrícula SIAPE n.º 1547463.
Fiscal Requisitante	Titular: <b>PHILPE PESSOA NUNES MARTINS</b> , Técnico Administrativo, matrícula SIAPE n.º 2064582.
	Substituto:
Fiscal Técnico	Titular: <b>VALMIR MARQUES MONTEIRO JUNIOR</b> , Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes, matrícula SIAPE n.º 2061456.
	Substituto: <b>FLÁVIO FERREIRA LIMA</b> , Engenheiro, matrícula SIAPE n.º 1556534.
Fiscal Administrativo	Titular: <b>GLEILSON MENDES NUNES</b> , Analista em Infraestrutura de Transportes, matrícula SIAPE n.º 1546837.
	Substituta: <b>SAMARA SANDY LUCENA DE ANDRADE LUCIANO</b> , Técnico Administrativo, matrícula SIAPE n.º 2167863.

Art. 2º Diante as instruções da DIREX contidas no Ofício-Circular n.º 763/2021/DIREX/DNIT SEDE (SEI n.º 7571948) e, ainda, as atribuições compreendidas na Resolução n.º 20 do DNIT, de 30 de dezembro de 2020, que entrou em vigor no dia 1º de fevereiro de 2021, e na Instrução Normativa SGD/ME n.º 1, de 4 de abril de 2019, alterada pela Instrução Normativa SGD/ME n.º 31, de 23 de março de 2021, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização possui as seguintes prerrogativas:

"(...)

**Atribuições**

**- Gestor do Contrato:**

- a) encaminhamento formal de demandas à contratada;
- b) manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica;
- c) encaminhamento das demandas de correção à contratada, sendo permitida a delegação aos fiscais do contrato;
- d) encaminhamento de indicação de glosas e sanções para a Área Administrativa;
- e) autorização para faturamento, com base nas informações produzidas no Termo de Recebimento Definitivo, a ser encaminhada ao preposto da contratada; e
- f) encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual;

**- Fiscal Técnico do Contrato:**

- a) confecção e assinatura do Termo de Recebimento Provisório quando da entrega do objeto constante na Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens;
- b) avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Requisitante do Contrato;
- c) identificação de não conformidade com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Requisitante do Contrato;



- d) verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, em conjunto com o Fiscal Administrativo do Contrato;
- e) encaminhamento das demandas de correção à contratada, caso disponha de delegação de competência do Gestor do Contrato;
- f) confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, na avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e na conformidade e aderência aos termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Requisitante do Contrato;
- g) apoio ao Fiscal Requisitante do Contrato na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;
- h) verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do contrato, em conjunto com o Fiscal Requisitante do Contrato; e
- i) apoio ao Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato;

- Fiscal Requisitante do Contrato:

- a) avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;
- b) identificação de não conformidade com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;
- c) encaminhamento das demandas de correção à contratada, caso disponha de delegação de competência do Gestor do Contrato;
- d) confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, na avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e na conformidade e aderência aos termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;
- e) verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, com apoio do Fiscal Técnico do Contrato;
- f) verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato; e
- g) apoio ao Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato;

- Fiscal Administrativo:

- a) Participar da reunião inicial, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação da contratada;
- b) Monitorar a manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do Contrato;
- c) Verificar a manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica;
- d) Verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;



- e) Identificar e registrar eventual não conformidade com os termos contratuais, reportando ao gestor do contrato para providências cabíveis;
- f) Apoiar a atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos durante a fase de gestão do contrato, juntamente com os demais membros da equipe de fiscalização;
- g) Apoiar o Gestor do Contrato, na manutenção do histórico de gestão do contrato, informando sobre a necessidade de registros formais das ocorrências positivas e negativas da execução do contrato sob sua fiscalização.
- h) Apoiar o fiscal requisitante quando necessário na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação
- i) Encaminhar à Área Gestora, com antecedência, a respectiva documentação para o aditamento, para fins de renovação contratual, com base no histórico de gestão do contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;
- j) Exercer as demais atribuições de fiscal administrativo conforme o discriminado no item 5 do Manual e que não sejam conflitantes com o disposto neste capítulo."

Art. 3º De acordo com a recomendação contida no Acórdão nº. 2065/2013-TCU-Plenário, em seu item 9.6, os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva na fiscalização deste Contrato.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 470 de 21 de janeiro de 2025 no Boletim Administrativo nº 015, de 22 de janeiro de 2025.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR  
Diretor de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 2879, DE 12 DE MAIO DE 2025**

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT**, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria/DG nº 475, de 26 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União, de 31 de janeiro de 2023, e o disposto no processo n.º 50600.013624/2025-62, resolve:

Art. 1º **DESIGNAR** o servidor **HENRIQUE FRANÇA SILVA**, Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes, matrícula SIAPE n.º 1799702, para substituir a função de Chefe do Setor de Atendimento ao Cidadão, código FCE 1.02, da Ouvidoria desta Autarquia, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância da função.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR  
Diretor de Administração e Finanças

**COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS**

**Abono de Permanência**

**MARIA ELIS FRANCO SOARES**, matrícula DNIT nº 2772 e SIAPE nº 10956266, vigência: 15 de agosto de 2024. Processo nº 50600.032898/2024-70.

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA**

**PORTARIA Nº 2795, DE 07 DE MAIO DE 2025**

**O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 175, inciso XVIII do Regimento Interno aprovado pela Resolução n.º 39, de 17 de novembro de 2020, do Conselho de Administração do DNIT, e

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Diretrizes para Gestão, Fiscalização e Acompanhamento de Contratos Administrativos (7264334), vigente nesta Autarquia;

CONSIDERANDO as características específicas dos contratos referentes a projetos;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo Administrativo n.º 50600.029853/2024-18,

**RESOLVE:**

Art. 1º **DELEGAR** competência plena e as responsabilidades decorrentes à Superintendência Regional do DNIT no estado de Santa Catarina – SRE/SC para promover a Gestão e Fiscalização do Contrato n.º 00 00584/2024 celebrado entre o DNIT e o **CONSÓRCIO ESSE-FALCÃO BAUER**, cujo objeto é a elaboração de estudos e projetos básicos e executivos de engenharia, visando à execução das obras de duplicação, adequação de capacidade e melhorias de segurança, com eliminação de pontos críticos da Rodovia BR-282/SC - Lote 12.

Parágrafo único. As análises e aceitações dos produtos relacionados ao contrato ficarão a cargo da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Projetos – CGDESP, conforme estabelece o Relato n.º 77/2025/DPP/DNIT (20934473).

Art. 2º **DESIGNAR** o servidor **IZALDO CARLOS KONDLATSCH**, engenheiro, Coordenador de Engenharia Terrestre da SRE-SC, matrícula DNIT nº 279-8, e seu substituto, o servidor **NÉVIO ANTÔNIO CARVALHO**, analista em infraestrutura de transportes, Coordenador de Engenharia Terrestre Substituto da SRE-SC, matrícula DNIT nº 3413-4, como Gestor do Contrato, titular e substituto, respectivamente.

Parágrafo único. Em caso de exoneração/dispensa do cargo de Coordenador de Engenharia Terrestre e/ou do substituto durante a vigência do contrato e de sua garantia, o(a) servidor(a) em questão estará automaticamente dispensado(a) do encargo referido no caput, o qual será assumido pelo servidor nomeado(a) em seu lugar.

Art. 3º Caberá ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

I - estabelecer comunicação formal com a contratada visando zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado;

II - coordenar, comandar e acompanhar a execução do contrato, agindo de forma proativa e preventiva;

III - observar o cumprimento das regras previstas no contrato e buscar os resultados esperados;

IV - solicitar formalmente à contratada a correção de pendências constatadas na execução do contrato;

V - convocar e coordenar a reunião inicial, registrada em ata, que é posteriormente incorporada ao Processo de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato. A reunião contará preferencialmente com a equipe técnica responsável pela elaboração do Termo de Referência, além dos fiscais e do preposto;

VI - emitir ordem inicial de serviço e autorizar implantação do contrato no sistema de controle de contratos;

VII - intervir e adotar providências na identificação de qualquer tipo de inconformidade, incluindo atrasos no atendimento de pendências anteriormente solicitadas;

VIII - realizar a atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos durante a fase de gestão do contrato, com apoio da equipe de fiscalização do contrato;

IX - avaliar eventuais atrasos nos prazos de entrega ou ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto contratado;

X - analisar e conduzir processo com solicitação de repactuação do objeto, reajuste financeiro, reequilíbrio físico-financeiro, acréscimo/supressão de metas, interrupção de serviços, prorrogação de prazo ou encerramento unilateral;

XI - manter os sistemas atualizados com valor do contrato, com seus aditivos, se houver, e os valores empenhados e já pagos;

XII - receber, manifestar-se e dar o encaminhamento devido às dúvidas ou questionamentos feitos pela fiscalização e pela contratada;

XIII - instaurar e conduzir o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR).

Art. 4º DESIGNAR o servidor **ALEXANDRE DE OLIVEIRA**, Analista Superior IV - Engº Civil Sênior, matrícula DNIT n.º 5920-0, e seu substituto, o servidor **GUIDO PAULO SIMM JÚNIOR**, Analista em Infraestrutura de Transportes/Estrada, matrícula DNIT n.º 4026-6, como Fiscal Administrativo titular e substituto, respectivamente, do presente contrato, cabendo as seguintes atribuições:

I - realizar todas as tarefas relacionadas ao controle de prazos, acompanhamento de empenho/pagamento, gestão de documentos, documentação relativa ao reajuste de preços, formalização de Apostilamentos e Termos Aditivos, e acompanhamento de garantias e glosas;

II - obter a anuência das partes para a celebração de Termo Aditivo e elaborar nota técnica fundamentada quanto aos aspectos formais, observando o término da vigência do contrato e assegurando que haverá tempo hábil para sua tramitação;

III - conferir os dados das faturas antes do ateste do fiscal técnico, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

IV - verificar a manutenção pela Contratada das condições de habilitação exigida pela Lei de Licitações, edital e contrato, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes;

V - acompanhar o valor do empenho, por meio dos sistemas apropriados;

VI - acompanhar rotineiramente a execução dos serviços administrativos, de forma de atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas verificados;

VII - solicitar a reparação/correção de irregularidades administrativas constatadas ao longo da vigência do contrato;

VIII - acompanhar o saldo do empenho em função do cronograma financeiro previsto de desembolso;

IX - acompanhar eventuais informações de descumprimento de obrigações constantes na apólice do seguro-garantia;

X - emitir o Termo de Encerramento do Contrato.

XI - tomar conhecimento dos Relatórios Periódicos Mensais elaborados pela contratada, no que diz respeito às questões administrativas, e registrar formalmente sua ciência, bem como informações complementares julgadas pertinentes, mediante documento (despacho ou nota técnica) no processo de fiscalização do contrato no SEI.

Art. 5º DESIGNAR o servidor **GUIDO PAULO SIMM JÚNIOR**, Analista em Infraestrutura de Transportes/Estrada, matrícula DNIT n.º 4026-6, e seu substituto, o servidor **ALEXANDRE DE OLIVEIRA**, Analista superior IV - Engº Civil Sênior, matrícula DNIT n.º 5920-0, como Fiscal Técnico, titular e substituto do presente Contrato, respectivamente, cabendo as seguintes atribuições:

I - representar o DNIT em todas as fases do contrato;

II - solicitar, quando for o caso, que o serviço seja refeito por inadequações ou vícios que sejam constatados;

III - tomar conhecimento da integralidade do conteúdo dos Relatórios Periódicos Mensais elaborados pela contratada e registrar formalmente sua ciência, bem como informações complementares julgadas pertinentes, mediante documento (despacho ou nota técnica) no processo de fiscalização do contrato no SEI;

IV - realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

V - proceder as medições dos serviços executados, conferindo-os, atestando-os e encaminhando-os aos gestores do contrato ou setor de medições para a remuneração correspondente;

VI - verificar o fiel cumprimento das obrigações contidas na apólice do seguro-garantia e comunicar aos gestores do contrato eventuais irregularidades;

VII - elaborar nota técnica fundamentada quanto aos aspectos técnicos para a celebração de Termos Aditivos, observando o término da vigência do contrato e assegurando que haverá tempo hábil para a sua tramitação;

VIII - determinar a reparação, correção, remoção ou substituição, no todo ou em parte, às expensas da contratada, quando forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato;

IX - emitir o Termo de Recebimento Provisório do Objeto.

Art. 6º DESIGNAR o servidor **ROBSON JONATHAN BITTENCOURT**, Analista em Infraestrutura de Transportes, matrícula DNIT n.º 5520-4, como **FISCAL TÉCNICO DE CAMPO** do presente contrato, cabendo as seguintes atribuições:

I - representar o DNIT no local de execução dos serviços de levantamento de campo;

II - realizar vistorias nos trabalhos de campo, verificando sua conformidade com as normas vigentes e o cumprimento de orientações técnicas e indicações de segurança;

III - atuar no acompanhamento dos serviços de sondagens, ensaios geotécnicos, levantamento topográfico, estudos de tráfego, dentre outros levantamentos previstos na Fase Preliminar do Contrato, solicitando, quando for o caso, que o serviço seja refeito por inadequações ou vícios;

IV - quando necessário, elaborar nota técnica fundamentada quanto aos aspectos técnicos relevantes à elaboração do projeto, submetendo seu conteúdo aos gestores do contrato;

V - realizar todas as tarefas relacionadas ao controle de prazos das atividades de campo, conforme prazos pactuados no cronograma contratual aprovado, reportando prontamente aos gestores do contrato possíveis atrasos ou descumprimentos observados;

VI - atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas verificados, reportando-os, quando necessário, aos fiscais técnicos de projeto e aos gestores do contrato;

VII - tomar conhecimento dos Relatórios Periódicos Mensais elaborados pela contratada, no que diz respeito às atividades de campo neles descritas, e registrar formalmente sua ciência, bem como informações complementares julgadas pertinentes, mediante documento (despacho ou nota técnica) no processo de fiscalização do contrato no SEI.

Art. 7º INFORMAR que aos Gestores e Fiscais do Contrato, caberão, sem prejuízo dos encargos inerentes às atribuições elencadas nesta portaria, as funções descritas no Manual de Diretrizes para Gestão, Fiscalização e Acompanhamento de Contratos Administrativos (7264334).

Art. 8º INFORMAR que, em atenção ao recomendado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n.º 2065/2013-TCU-Plenário, item 9.6, os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva na fiscalização do contrato em comento.

Art. 9º REVOGAR a Portaria 5245 (19324210), de 23 de outubro de 2024, publicada no Boletim Administrativo nº 214, de 5 de novembro de 2024 (19422605).

Art. 10º DETERMINAR que esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação e que a vigência se estenda até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO  
Diretor de Planejamento e Pesquisa

## **SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS**

### **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO**

#### **Licença Médica**

Em, 07/05/2025

**RICARDINO MARTINS MONTANHA**, matrícula DNIT nº3562-9, período: de 23/04 a 07/05/2025 Processo nº 50611.500828/2017-08

### **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

#### **Dispensa por participar de Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais**

Em 08/05/2025,

**JANICE MESQUITA TEODORO**, matrícula SIAPE 1744266, Período trabalhado: 19/09/2020 - Fruição: 22/04/2025. Processo SEI nº 50606.000025/2019-81.

### **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ**

#### **PORTARIA Nº 2891, DE 12 DE MAIO DE 2025**

**O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 931 de 30 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 01 de junho de 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 50609.002603/2024-51, resolve:

Art. 1º **DESIGNAR** o servidor **AUGUSTO BRANDINI NETO**, Técnico em Suporte de infraestrutura de transportes, Matrícula SIAPE nº 2060570 como fiscal, o servidor **WELLINGTON BLEY**, Analista Administrativo, matrícula SIAPE nº 1548935 como seu substituto; e o servidor **RAUL CAPP PALLOTTA**, Coordenador de Administração e Finanças, matrícula SIAPE 2061463, como gestor do contrato 229/2025, celebrado com a empresa **LG ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS - EIRELLI**, inscrita sob o CNPJ 05.427.994/0001-40, cujo objeto é a prestação de serviços contínuos de apoio administrativo na área de condução veicular (motoristas), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

I - O fiscal do contrato irá acompanhar, realizar as medições, controlar e registrar ocorrências durante a execução do contrato, determinando medidas necessárias à regularização de faltas, falhas e defeitos observados; opinar sobre adiamento e prorrogação do contrato; acompanhar a execução dos serviços, certificar as faturas e notas fiscais, realizar a gestão documental, indicar eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, decorrentes de glosas; acompanhar e fiscalizar a execução da prestação dos serviços.

II- O Gestor do Contrato será responsável pela aplicabilidade das cláusulas contratuais, a revisão de cláusulas, o reequilíbrio econômico- financeiro do contrato, a aplicação de sanções e rescisão contratual, a confecção de apostilamentos e termos aditivos, além do planejamento e mensuração da qualidade, economicidade e gerenciamento de riscos do contrato.

Art. 2º **INFORMAR** que os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva para esta função, conforme recomendação contida no Acórdão 2065/2013-TCU Plenário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO GOMES DA SILVA JUNIOR  
Superintendente Regional

**PORTARIA Nº 2899, DE 12 DE MAIO DE 2025**

**O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES NO ESTADO DO PARANÁ - DNIT/PR**, no uso das atribuições que lhe conferem a estrutura regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 11.225, de 07 de outubro de 2022, e o artigo 173 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução/CA n.º 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, e considerando o constante dos autos do Processo SEI! n.º 50609.004588/2019-18,

RESOLVE:



Art. 1º **INSTITUIR** Comissão Conjunta para realizar o inventário de levantamento patrimonial rodoviário, referente à municipalização dos trechos remanescentes ao contorno noroeste do município de Pato Branco, em construção pelo Governo do Estado do Paraná, com início aproximado no km 524 da BR-158/PR e fim na PR-158.

Art. 2º Designar os servidores **AMANDA HELOISA SIGNOR FONTANELLA**, Analista em Infraestrutura de Transporte, Matrícula DNIT n.º 5516-6; **MICHAEL AUGUSTO DE OLIVEIRA**, Matrícula DNIT n.º 6389-4; **LÚCIO MACHADO**, Analista em Infraestrutura de Transporte, Matrícula DNIT n.º 4355-9, **GERALDO JOSÉ SIGWALT RAMIRES**, Analista em Infraestrutura de Transportes, Matrícula DNIT n.º 3711-7 e **JOÃO GASPAS**, Agente Administrativo, Matrícula DNIT n.º 1709-4, lotados na Superintendência Regional do DNIT no estado do Paraná, indicados pelo DNIT para atuarem na comissão instituída no art. 1º.

Art. 3º Designar os servidores **IVANETE MOZZATTO AQUINO COSTA**, matrícula nº 11583-5; **VILMAR POSSATO DUARTE**, matrícula nº 115657; **ANA PAULA FREITAG CARNEIRO**, matrícula nº 115282; **ANDERSON CACERES FARIAS ROSSATTO**, matrícula nº 70130; e **JORGE EDUARDO CHIOQUETA**, matrícula nº 7232-0, indicados pelo Município de Pato Branco, para atuarem na comissão instituída no art. 1º.

Art. 4º Determinar que esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO GOMES DA SILVA JUNIOR  
Superintendente Regional

## **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

### **PORTARIA Nº 2866, DE 09 DE MAIO DE 2025**

**O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso V do Artigo 1º da Portaria nº 931 de 30/05/2016, do Diretor-Geral do DNIT, publicada no D.O.U de 01/06/2016, e considerando o constante dos autos dos processos nº **50610.003218/2025-72**,

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** o Analista de Infraestrutura **ELIDALBERTO MACIEL BATISTA**; Matrícula DNIT nº 5889.0., fiscal do contrato 10 00198/2025 e o Analista em Infraestrutura de Transportes **DANIEL BENCKE**; Matrícula DNIT nº 4175.0., como fiscal substituto em caso de faltas e impedimentos legais do titular, firmado entre o DNIT e a empresa **MATERA ENGENHARIA LTDA**, para fiscalizar a Execução dos serviços de manutenção das Obras de Arte Especiais,

localizadas em rodovias federais sobre jurisdição da Unidade Local de Vacaria/RS, no âmbito do Programa de Manutenção e Reabilitação de Estruturas - PROARTE, sob a coordenação da Superintendência Regional DNIT/RS; Rodovia: Conforme item 1.1 do Termo de Referência (SEI 16225617); Trechos: Conforme item 1.1 do Termo de Referência (SEI 16225617); Subtrechos: Conforme item 1.1 do Termo de Referência (SEI 16225617); Segmentos: Conforme item 1.1 do Termo de Referência (SEI 16225617); Extensão: Conforme item 1.1 do Termo de Referência (SEI 16225617); Processo base: 50600.004262/2021-95; Códigos SNV: Conforme item 1.1 do Termo de Referência (SEI 16225617); Edital: 0397/2023-10; Lote: Único; Autor de Projeto/Plano de Trabalho que gerou o contrato: Eng.ª **MAISA MENDES DIOGO** - ART 0720210028250, Contrato nº 0000951/2017 - **CONSÓRCIO PROARTE (ENGEMAP/IGUATEMI)**.

Art. 2º INFORMAR que o fiscal do contrato irá acompanhar, controlar e registrar ocorrências de execução do contrato, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas e defeitos observados; opinar sobre adiantamento e prorrogação; acompanhar a execução dos serviços, certificar as faturas e notas fiscais, realizar a gestão dos documentos, indicar eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, decorrentes de glosas; acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de prestação de serviços.

Art. 3º INFORMAR que os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva para esta função, conforme recomendação contida no Acórdão 2065/2013-TCU Plenário, item 9.6.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HIRATAN PINHEIRO DA SILVA  
Superintendente Regional

#### **PORTARIA Nº 2893, DE 12 DE MAIO DE 2025**

**O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo Artigo 1º da Portaria nº 769, de 31/01/2025, da Diretoria Colegiada do DNIT, publicada no D.O.U. de 04/02/2025, tendo em vista o que constam o Processo nº 50610.005469/2023-20.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º **DESIGNAR** o Analista em Infraestrutura de Transportes **ALEXANDRE CAIO MILANI**, matrícula DNIT nº 3.999.3 e SIAPE nº 1743073, como Pregoeiro, e o Analista em Infraestrutura de Transportes **MARCUS VINICIUS VELEDA RAMIRES**, matrículas DNIT nº 4176 e SIAPE nº 167708, como Membro da Equipe de Apoio, para constituírem Comissão de Licitação referente ao Edital nº 90167/2025-10, na modalidade de Concorrência, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento Técnica e Preço, que trata da Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de

supervisão, apoio técnico e administrativo e recebimento do empreendimento relativo à Elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Engenharia e Execução das Obras Prioritárias de Melhoria de Capacidade da BR-290/RS, incluindo a Duplicação - Lotes 1 e 2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

. HIRATAN PINHEIRO DA SILVA  
Superintendente Regional

**PORTARIA Nº 2896, DE 12 DE MAIO DE 2025**

**O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo Artigo 1º da Portaria nº 769, de 31/01/2025, da Diretoria Colegiada do DNIT, publicada no D.O.U. de 04/02/2025, tendo em vista o que constam o Processo nº 50610.004185/2023-16.

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** o Analista em Infraestrutura de Transportes **MARCUS VINICIUS VELEDA RAMIRES**, matrículas DNIT nº 4176 e SIAPE nº 1677081, como Pregoeiro, e o Analista em Infraestrutura de Transportes **ALEXANDRE CAIO MILANI**, matrícula DNIT nº 3.999.3, como Membro da Equipe de Apoio, para constituírem Comissão de Licitação referente ao Edital nº 90168/2025-10, na modalidade de Concorrência, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento Técnica e Preço, que trata da Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de supervisão, apoio técnico e administrativo e recebimento do empreendimento relativo à Elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Engenharia e Execução das Obras Prioritárias de Melhoria de Capacidade da BR-290/RS, incluindo a Duplicação - Lotes 3 e 4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HIRATAN PINHEIRO DA SILVA  
Superintendente Regional

**Diárias**

Em, 30/04/2025

**ADRIANO DE MELO**, mat. DNIT nº 6191.3, período 1: de 23/04/2025 a 25/04/2025, deslocamento: Porto Alegre-RS/Santa Maria-RS/Uruguaiana-RS/Santana do Livramento-RS/Porto Alegre-RS, quantidade: 2,5, valor R\$ 837,50; PCDP: 02233/25; TOTAL: R\$ 837,50.

**BERNARDO MEDITSCH RAYMUNDO**, mat. DNIT nº 5044.0, período 1: de 09/04/2025 a 10/04/2025, deslocamento: Santana do Livramento-RS/Porto Alegre-RS/Santana do Livramento-RS, quantidade: 1,5, valor R\$ 570,00; PCDP: 02302/25; TOTAL: R\$ 570,00.

**EDUARDO DUBAJ**, mat. DNIT nº 5673.1, período 1: de 09/04/2025 a 11/04/2025, deslocamento: Porto Alegre-RS/Brasília-DF/Porto Alegre-RS, quantidade: 2,5, valor R\$ 1.062,50; PCDP: 02187/25; TOTAL: R\$ 1.062,50.

**ELIDALBERTO MACIEL BATISTA**, mat. DNIT nº 5889.0, período 1: de 09/04/2025 a 11/04/2025, deslocamento: Vacaria-RS/Porto Alegre-RS/Vacaria-RS, quantidade: 2,5, valor R\$ 950,00; PCDP: 02443/25; TOTAL: R\$ 950,00.

**ERAILDES MACHADO VIÇOSA**, mat. DNIT nº 6188.3, período 1: de 07/04/2025 a 11/04/2025, deslocamento: Uruguaiana-RS/Itaqui-RS/São Borja-RS/Rosário do Sul-RS/São Gabriel-RS/Uruguaiana-RS, quantidade: 4,5, valor R\$ 1.507,50; PCDP: 001744/25; TOTAL: R\$ 1.507,50.

**GILMAR RODRIGUES PACHECO**, mat. DNIT nº 3129.1, período 1: de 29/04/2025 a 30/04/2025, deslocamento: Porto Alegre-RS/Rio Grande-RS/Porto Alegre-RS, quantidade: 1,5, valor R\$ 502,50; PCDP: 02685/25; TOTAL: R\$ 502,50.

**GUILHERME BECHE LOPES**, mat. DNIT nº 6376.2, período 1: de 09/04/2025 a 11/04/2025, deslocamento: Uruguaiana-RS/Porto Alegre-RS/Uruguaiana-RS, quantidade: 2,5, valor R\$ 950,00; PCDP: 02399/25-1C; TOTAL: R\$ 950,00.

**HENRIQUE OTTO COELHO**, mat. DNIT nº 3240.9, período 1: de 09/04/2025 a 11/04/2025, deslocamento: Pelotas-RS/Porto Alegre-RS/Pelotas-RS, quantidade: 2,5, valor R\$ 950,00; PCDP: 02361/25-1C; TOTAL: R\$ 950,00.

**HIRATAN PINHEIRO DA SILVA**, mat. DNIT nº 3393.6, período 1: de 07/04/2025 a 11/04/2025, deslocamento: Porto Alegre-RS/Brasília-DF/Porto Alegre-RS, quantidade: 4,5, valor R\$ 2.700,00; PCDP: 001845/25; TOTAL: R\$ 2.700,00.

**LUCIANO SWYTKA JAKES**, mat. DNIT nº 6192.1, período 1: de 01/04/2025 a 04/04/2025, deslocamento: Porto Alegre-RS/Santana do Livramento-RS/Uruguaiana-RS/Santa Maria-RS/Porto Alegre-RS, quantidade: 3,5, valor R\$ 1.172,50; PCDP: 01537/25; TOTAL: R\$ 1.172,50.

**LUÍS ANTÔNIO RIBEIRO**, mat. DNIT nº 1512.1, período 1: de 29/04/2025 a 30/04/2025, deslocamento: Porto Alegre-RS/Rio Grande-RS/Porto Alegre-RS, quantidade: 1,5, valor R\$ 502,50; PCDP: 02479/25; TOTAL: R\$ 502,50.

**MARCELO ALVES TEIXEIRA**, mat. DNIT nº 3145.3, período 1: de 23/04/2025 a 25/04/2025, deslocamento: Porto Alegre-RS/Santa Maria-RS/Uruguaiana-RS/Santana do Livramento-RS/Porto Alegre-RS, quantidade: 2,5, valor R\$ 837,50; PCDP: 001974/25; TOTAL: R\$ 837,50.

**PABLO TEONAS MAY**, mat. DNIT nº 5591.3, período 1: de 09/04/2025 a 11/04/2025, deslocamento: Uruguaiana-RS/Porto Alegre-RS/Uruguaiana-RS, quantidade: 2,5, valor R\$ 950,00; PCDP: 02317/25-1C; TOTAL: R\$ 950,00.

**PATRÍCIA BEATRIZ TÁRTARI BRAGHIROLI**, mat. DNIT nº 3147.0, período 1: de 21/04/2025 a 25/04/2025, deslocamento: Porto Alegre-RS/Vitória-ES/Porto Alegre-RS, quantidade: 4,5, valor R\$ 1.710,00; PCDP: 02269/25; TOTAL: R\$ 1.710,00.

**PEDRO COUTINHO DOS SANTOS**, mat. DNIT nº 4179.3, período 1: de 09/04/2025 a 11/04/2025, deslocamento: Porto Alegre-RS/Brasília-DF/Porto Alegre-RS, quantidade: 2,5, valor R\$ 1.062,50; PCDP: 001908/25; TOTAL: R\$ 1.062,50.

**RAFAEL ROSA HALLAL**, mat. DNIT nº 3245.0, período 1: de 09/04/2025 a 10/04/2025, deslocamento: Pelotas-RS/Porto Alegre-RS/Pelotas-RS, quantidade: 1,5, valor R\$ 570,00; PCDP: 02409/25; TOTAL: R\$ 570,00.

**RODRIGO CAMPELO RODRIGUES BARÃO**, mat. DNIT nº 3216.6, período 1: de 23/04/2025 a 25/04/2025, deslocamento: Porto Alegre-RS/Santa Maria-RS/Uruguaiana-RS/Santana do Livramento-RS/Porto Alegre-RS, quantidade: 2,5, valor R\$ 837,50; PCDP: 002000/25; TOTAL: R\$ 837,50.

**VLADIMIR ROBERTO CASA**, mat. DNIT nº 0401.4, período 1: de 09/04/2025 a 11/04/2025, deslocamento: Pelotas-RS/Porto Alegre-RS/Pelotas-RS, quantidade: 2,5, valor R\$ 950,00; PCDP: 02222/25; TOTAL: R\$ 950,00.

## **Pagamento de Substituição**

Em, 30/04/2025

**LUIS FERNANDO DA MOTA RAMOS**, mat. DNIT nº 5052.0, substituiu o chefe do Serviço de Recursos Logísticos e Informática, FCE-5, no período de 17/02/2025 a 25/02/2025, totalizando 9 (nove) dias, por motivo de férias do titular da função. Processo nº 50610.002770/2025-43.

## **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE RORAIMA**

### **PORTARIA Nº 2903, DE 12 DE MAIO DE 2025**

**O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT NO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas

atribuições legais e regulamentares, dispostas no Regimento Interno da DNIT (6982121), aprovado pela Resolução nº 39, de 17/11/2020, publicada (6929859) na Seção 1, páginas 77 a 96 do Diário Oficial da União nº 221, de 19/11/2020; Portaria/DG 769 (20176360), de 31/01/2025, publicada no D.O.U nº 24, de 4 de fevereiro de 2025, exarada por meio do Processo nº 50600.016792/2024-29, e tendo em vista às instruções normativas do DNIT, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 50009.000490/2021-75.

RESOLVE:

Art. 1º **DESIGNAR** os seguintes membros, para compor a Equipe de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 081/2025 (20282030), celebrado com a empresa **LCM CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO S.A.**, segundo o processo nº 50009.000490/2021-75, cujo objeto é a execução de serviços Necessários de Manutenção Rodoviária (Conservação/Recuperação) na Rodovia BR-432/RR, lote 2, Trecho: Entroc. BR-174/210/RR (Novo Paraíso) - Entroc. BR-401; Subtrecho: Vila Félix Pinto - Entroc. BR-401; Segmento km 117,3 - km 213,00; Extensão: 95,70 km.

Fiscal Técnico	<b>Titular</b> , o servidor <b>MICHAEL TULSIRAM BEEPAT</b> , SIAPE nº 1021386, Mat. DNIT nº 5129-2, Analista em Infraestrutura de Transportes/Engenheiro Civil.
	<b>Substituto</b> , o servidor <b>JOÃO BATISTA MADRUGA NETO</b> , SIAPE nº 1252079, Analista em Infraestrutura de Transportes/Engenheiro Civil.
Fiscal Administrativo	<b>Titular</b> , o servidor <b>LEANDRO JOSÉ DO CARMO POLETO</b> , SIAPE nº 2063131, Mat. DNIT nº 5120-9, Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes/Topografia.
	<b>Substituto</b> , a empregada <b>NATALE SUSIANE BERMÊO RIBEIRO</b> , SIAPE nº 3048613, Mat. DNIT nº 5919-6, Técnica em Edificações.

Art. 2º **INFORMAR** que atuará como gestor do contrato, o servidor **IGO GOMES BRASIL**, Superintendente Regional do DNIT no Estado de Roraima.

Art. 3º **DESIGNAR** a servidora **ARLENE MARIA LAMEGO DA SILVA CAMPOS**, Coordenadora de Engenharia da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Roraima, para substituir o gestor do contrato, nos afastamentos e impedimentos legais ou eventuais.

Art. 4º O fiscal do contrato irá acompanhar, controlar e registrar ocorrências de execução do contrato, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas e defeitos observados; opinar sobre adiantamento e prorrogação; acompanhar a execução dos serviços, certificar as faturas e notas fiscais, realizar a gestão dos documentos, indicar eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, decorrentes de glosas; acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de prestação de serviços.

Art. 5º **INFORMAR** que os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva para esta função, conforme recomendação contida no Acórdão 2065/2013-TCU Plenário, item 9.6.

Art. 6º **REVOGAR** a Portaria 1660 (20534494) de 11/03/2025, publicada no Boletim Administrativo nº 048 de 12 de março de 2025 (20538987)



Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

IGO GOMES BRASIL  
Superintendente Regional

## **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

### **Licença para Tratamento de Saúde**

Em, 12/05/2025

**TALES DE OLIVEIRA CUSTODIO**, matrícula DNIT nº 5313, no período de: 19/02/2025 a 19/02/2025 (1 dia). Processo nº 50616.000521/2022-11.

## **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SERGIPE**

### **PORTARIA Nº 2882, DE 12 DE MAIO DE 2025**

**O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE SERGIPE - DNIT/SE**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 144, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 39, de 17 de novembro de 2020, publicada no DOU de 19/11/2020, resolve:

Art. 1º **DESIGNAR** os servidores **TIAGO SANTOS OLIVEIRA**, Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes - Estradas, matrícula DNIT nº 5074-1 e **JOÃO DE CARVALHO PEIXOTO NETO**, Técnico de Suporte em Infraestrutura de Transportes - Topografia, matrícula DNIT nº 5078-4, para comporem Equipe de Planejamento de Contratação, para a execução das etapas de Planejamento da Contratação: elaboração do Documento de Formalização de Demanda, Estudos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Termo de Referência; processo nº 50621.000470/2025-09, cujo objetivo é a aquisição de 2 (duas) baterias para Estação Total Robótica FOCUS 30, 3 (três) baterias para Drone DJI Mavic 2 Pro e 1 (um) Kit de baterias e Hub de Carregamento para Drone DJI Mavic 3 Enterprise para os equipamento desta Superintendência Regional do DNIT/SE.

Art. 2º **FIXAR** o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da publicação desta, para a conclusão dos trabalhos.



Art. 3º INFORMAR que os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva a esta função, conforme determinação contida no Acórdão 2065/2013-TCU Plenário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HALPHER LUIGGI MONICO ROSA  
Superintendente Regional

## **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO TOCANTINS**

### **PORTARIA Nº 2854, DE 09 DE MAIO DE 2025**

**O SUPERINTENDENTE REGIONAL NO ESTADO DO TOCANTINS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**, usando das atribuições que lhe confere a Portaria nº 931/DG, de 30/05/2016, do Diretor-Geral do DNIT, publicada no DOU de 01/06/2016.

Art. 1º. **AUTORIZAR** a conduzir veículos oficiais de transporte individual de passageiros, exclusivamente no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista Oficial no âmbito da Superintendência Regional no Estado de Tocantins, o seguinte servidor:

NOME	Nº CNH	MATRÍCULA SIAPE	CARGO	LOCALIZAÇÃO
<b>DEUSDETE DOS SANTOS SOUZA</b>	389****129	19****7	ENGENHEIRO	SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO TERRESTRE
<b>MARCELO MARCOS LIMA DE ARAUJO</b>	489****704	19****9	TÉCNICO DE ESTRADAS	SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

Art. 2º. A presente autorização ficará automaticamente suspensa em caso de não renovação do prazo de validade da Carteira Nacional de Habilitação, bem como qualquer outra forma de impedimento legal junto ao órgão ou entidade executiva integrante do Sistema Nacional de Trânsito.

Parágrafo único. Cabe ao Serviço de Administração e Finanças desta Superintendência Regional observar o fiel cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA  
Superintendente Regional

**PORTARIA Nº 2881, DE 12 DE MAIO DE 2025**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT NO ESTADO DO TOCANTINS, usando das atribuições regimentais e a competência que lhe confere o Art. 144 da Resolução n.º 39 (SEI nº 6982121), de 17/11/2020, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 221, de 19/11/2020 (SEI nº 6929859), com fundamento na Portaria/DG nº 931, de 30/05/2016, publicada no Diário Oficial da União de 01/06/2016 c/c Portaria nº 769, de 31 de janeiro de 2025, edição nº 24, publicada no Diário Oficial da União de 04/02/2025, em consonância com disposto no Manual de Diretrizes para Gestão, Fiscalização e Acompanhamento de Contratos Administrativos, aprovado pela Resolução nº 20, de 30 de dezembro de 2020, e tendo em vista o constante do Processo SEI n.º 50623.000698/2025-71.

**RESOLVE:**

Art. 1º **DESIGNAR** para a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 23.00266/2025, a cargo do consórcio **CONSÓRCIO HOUER-CONSANE**, cujo objeto é a Execução dos Serviços Técnicos Especializados de Supervisão e Apoio à Fiscalização na Execução das Ações de Manutenção e Restauração Rodoviária, sob a Jurisdição da Superintendência Regional do DNIT no Estado do Tocantins.

Gestores	<b>Titular:</b> LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA, Superintendente Regional, Matrícula DNIT nº 3173-9 e SIAPE nº 1547322. <b>Substituto:</b> FLÁVIO FERREIRA ASSIS, Analista em Infraestrutura de Transportes, Matrícula DNIT nº 5150-0 e SIAPE nº 2072497.
Fiscalização Técnica	<b>Titular:</b> ANAX LIMA BRAGA, Analista em Infraestrutura de Transportes, Matrícula DNIT nº 4059-2 e SIAPE nº 1786396. <b>Substituto:</b> BOLIVAR EULER LOBO CASTRO, Analista em Infraestrutura de Transportes, Matrícula DNIT nº 3236-0 e SIAPE nº 1547296.
Fiscalização Administrativa	<b>Titular:</b> ALDONIRO RIBEIRO CHAGAS, Profissional de Serviços Aeroportuários, Matrícula DNIT nº 6207-3 e SIAPE nº 3284085. <b>Substituto:</b> LARA PATRÍCIA GOMES DA SILVA, AS-II Administradora, Matrícula DNIT nº 6209-0 e SIAPE nº 3274189.

Art. 2º. **INFORMAR** que os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva a esta função, conforme determinação contida no Acórdão 2065/2013-TCU Plenário.

Art. 3º. **INFORMAR** que o fiscal do contrato irá acompanhar, controlar e registrar ocorrências de execução do contrato, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas e defeitos observados; opinar sobre adiantamento e prorrogação; acompanhar a execução dos serviços, certificar as faturas e notas fiscais, realizar a gestão dos documentos, indicar eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, decorrentes de glosas; acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de prestação de serviços.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA  
Superintendente Regional

**PORTARIA Nº 2889, DE 12 DE MAIO DE 2025**

**O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT NO ESTADO DO TOCANTINS**, usando das atribuições regimentais e a competência que lhe confere o Art. 144 da Resolução n.º 39 (SEI nº 6982121), de 17/11/2020, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 221, de 19/11/2020 (SEI nº 6929859), com fundamento na Portaria/DG nº 931, de 30/05/2016, publicada no Diário Oficial da União de 01/06/2016 c/c Portaria nº 769, de 31 de janeiro de 2025, edição nº 24, publicada no Diário Oficial da União de 04/02/2025, em consonância com disposto no Manual de Diretrizes para Gestão, Fiscalização e Acompanhamento de Contratos Administrativos, aprovado pela Resolução nº 20, de 30 de dezembro de 2020, e tendo em vista o constante do Processo SEI n.º 50600.000147/2025-75.

**RESOLVE:**

Art. 1º **REVOGAR** a Portaria nº. 1184, de 18 de Fevereiro de 2025 (SEI nº. 20359742).

Art. 2º **DESIGNAR** os seguintes servidores para a Gestão e Fiscalização do Contrato nº 00063/2025, a cargo do CONSÓRCIO GEOSISTEMAS - PROSUL, cujo objeto é a prestação dos serviços de supervisão da elaboração de projeto e execução de obra emergencial para reconstrução da ponte sobre o rio Tocantins (Juscelino Kubitschek de Oliveira), localizada na BR-226/TO, entre os municípios de Aguiarnópolis/TO e Estreito/MA, incluindo supervisão ambiental, execução dos programas ambientais necessários e projeto executivo de desapropriação.

Gestores	<b>Titular:</b> LUIZ ANTÔNIO EHRET GARCIA, Superintendente Regional, Matrícula DNIT nº 3173-9 e SIAPE nº 1547322. <b>Substituto:</b> FLÁVIO FERREIRA ASSIS, Analista em Infraestrutura de Transportes, Matrícula DNIT nº 5150-0 e SIAPE nº 2072497.
Fiscalização Técnica	<b>Titular:</b> BOLIVAR EULER LOBO CASTRO, Analista em Infraestrutura de Transportes, Matrícula DNIT nº 3236-0 e SIAPE nº 1547296. <b>Substituto:</b> CÁSSIO FERNANDO CAPANELI, Analista em Infraestrutura de Transportes, Matrícula/DNIT nº. 3572-6 e SIAPE nº 1571470.
Fiscalização Administrativa	<b>Titular:</b> DEUSDETE DOS SANTOS SOUZA, Engenheiro Civil, Matrícula DNIT nº 5960-9 e SIAPE nº 1988307. <b>Substituto:</b> JOSÉ ROBERTO MOTA, Analista em Infraestrutura de Transportes, Matrícula DNIT nº 3575-0 e SIAPE nº 1572239.

Art. 3º. **INFORMAR** que os servidores acima designados não terão dedicação exclusiva a esta função, conforme determinação contida no Acórdão 2065/2013-TCU Plenário.

Art. 4º. **INFORMAR** que o fiscal do contrato irá acompanhar, controlar e registrar ocorrências de execução do contrato, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas e defeitos observados; opinar sobre adiantamento e prorrogação; acompanhar a execução dos serviços, certificar as faturas e notas fiscais, realizar a gestão dos documentos, indicar eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, decorrentes de glosas; acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de prestação de serviços.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA  
Superintendente Regional

**COMPOSIÇÃO, REPRODUÇÃO E EXPEDIÇÃO**

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/DNIT**

SAN Quadra 03, Lote A -Edifício Núcleo dos Transportes -DNIT- 4º Andar - Sala 4288

CEP 70040-902 - Brasília/DF

Telefones: (61) 3315-4702/4108/4216

intE-mail: [daf@dnit.gov.br](mailto:daf@dnit.gov.br)

Endereço <http://intradnit.intranet/pagina-principal/menu-navegacao/boletins-administrativos>

<https://www.gov.br/dnit/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/boletim-administrativo>

e

<https://servicos.dnit.gov.br/dnitcloud/index.php/apps/files/?dir=/Boletim%20Administrativo&fileid=4633186>